

Uma análise discursivo-funcional da correção

A discourse-functional analysis of correction

Erotilde Goreti Pezatti*
Roberto Gomes Camacho**

RESUMO

As atividades de processamento textual podem conter “problemas” de formulação e de continuidade, ao menos na concepção do próprio falante, passíveis, para ele, de reformulação, dentre os quais se incluem as correções. Há dois tipos de correção: a infirmação, que invalida completa ou parcialmente uma informação emitida no discurso precedente e a retificação, em que o Enunciado Fonte e o Reformulador seguem uma mesma direção semântica (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 61). A Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) denomina tanto a correção retificadora quanto a infirmativa ora por Clarificação (“Clarification”) ora por Correção (“Correction”). O objetivo deste artigo é fazer uma descrição de dois tipos específicos de constituinte extraoracional na gramática do português falado, a correção e a clarificação, mediante procedimentos qualitativos de análise. Adota-se aqui a posição assumida por Giomi e Keizer (2020) de que esses constituintes são, na realidade, Atos Discursivos que exercem determinadas funções retóricas na superfície textual. Em atenção especial ao postulado funcionalista de que a análise deve debruçar-se sobre a língua em uso no contexto social, tanto quanto possível, aplica-se uma análise qualitativa, de caráter interpretativo, a dados obtidos do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, tal como historiado por Castilho (1990). Os resultados apontam para o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes em relação à estrutura da oração, que lhes permite

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023nEspecial.1349>

* Universidade Estadual Paulista, ORCID-iD: <https://orcid.org/0000-0001-8822-9587>
Bolsista de Produtividade de Pesquisa (CNPq - proc. No. 305603/2021-3).

** Universidade Estadual Paulista, <http://orcid.org/0000-0002-8897-7953>
Bolsista de Produtividade de Pesquisa (CNPq - proc. 301837/2019-8)

aparecer em várias posições, repetidas ou não, da codificação morfossintática. Sugerimos, no final, que, na situação discursiva em que o Enunciado Fonte não esteja suficientemente especificado, a reformulação seja denominada Clarificação e, na situação de invalidação do Enunciado Fonte, a reformulação seja denominada Correção.

Palavras-chave: Discurso falado; correção; clarificação; constituinte extraoracional; ato discursivo.

ABSTRACT

A text processing may contain "problems" of formulation and continuity, at least in the mind of the speaker, which are reformulable for her/him and which require corrections. There are two types of corrections: infirmation, in which all or part of the information expressed in the previous discourse is invalidated, and rectification, in which the original and the reformulating utterance are in the same semantic direction (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 61). In Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), both rectifying and infirmative correction are called either "clarification" or "correction". The aim of this paper is to describe two specific types of Extra-Clausal Constituents in spoken Portuguese grammar, namely correction and clarification, through qualitative analysis procedures. In doing so, we take the position advocated by Giomi and Keizer (2020) that these constituents are in fact discourse acts that perform specific rhetorical functions on the surface of the text. Paying particular attention to the functionalist postulate that analysis should focus as much as possible on language use in social context, a qualitative interpretive analysis is applied to data collected in the Urban Cult Norm Project (NURC)/Brazil, as reported by Castilho (1990). The results point out the syntactically loose character of these constituents in relation to the sentence structure, which allows them to appear in different places, repeated or not, in the morphosyntactic encoding. In conclusion, we propose that in the discourse situation where the original utterance is not sufficiently specified, the reformulation should be called clarification, and in the situation where the original utterance is invalid, the reformulation should be called correction..

Keywords: Spoken discourse; correction; clarification; extra-clausal constituent; discourse act.

Palavras iniciais

A heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 2004), também chamada de dialogismo, revela-se como uma propriedade essencial da linguagem humana, que é o fato de um discurso se construir a partir de outros. Esse tipo de heterogeneidade não explicitado no texto não é, portanto, localizável na cadeia do discurso. Entende Koch (2015) que todo texto escrito ou falado resulta de um processo de coprodução partilhado pelos interlocutores e o que distingue os dois tipos de texto é o modo como se realiza a coprodução.

O fato de ser o texto falado produzido numa situação de interação face a face motiva, em grau maior, a dialogicidade, entendida, em sentido restrito, como a alternância contínua de turnos na conversação. Uma situação face a face pode produzir textos com um grau muito baixo de dialogicidade, o que acontece nas situações em que um dos participantes monopoliza o turno (KOCH, 2015, p. 39-40).

Já no texto escrito, a coprodução está circunscrita apenas à consideração do outro para o qual se dirige a escritura, sem participação direta e ativa deste na elaboração linguística do texto. Nesse tipo de heterogeneidade não marcada (AUTHIER-REVUZ, 2004), a presença do interlocutor não é óbvia e nem deixa marcas visíveis.

Mesmo no texto falado é necessário destacar a existência de diferentes graus de manifestação de coprodução discursiva de acordo com o teor mais dialógico ou menos dialógico do registro.

No próprio *cópus* do Projeto Nurc, sobre o qual se debruçaram as atividades de pesquisa do Projeto de Gramática do Português Falado (CASTILHO, 2015), podem-se abrigar os três tipos de inquéritos numa escala decrescente de dialogicidade e, portanto, de coprodução linguística ativa, ao se passar primeiramente pelos Diálogos entre Dois Informantes (D2), depois pelos Diálogos entre Informante e Documentador (DID), para, finalmente, chegar-se às Elocuções Formais (EF).

As atividades de processamento textual podem conter “problemas” de formulação e de continuidade, ao menos na concepção do próprio falante, passíveis, para ele, de reformulação, dentre os quais se incluem as correções. Veja um caso de autocorreção autoiniciada em (1) e um caso de autocorreção heteroiniciada em (2).¹

(1) L2 – depois disso ainda ti/tive problemas de... **saúde** problemas de **tiroide** não sei que::
[D2 SP 360]

(2) L2 – a filha do Osvaldo ... nesse tempo meu **genro** era

L1 – ()

[

L2 - vereador parece

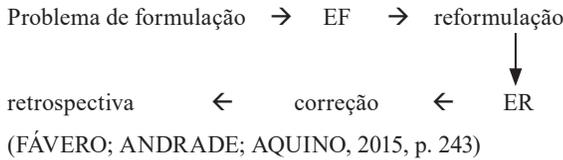
L1 – seu **genro** não seu **cunhado**

L2 [

Meu meu **cunhado** que já morreu e que foi vereador (D2 SP 396)

A natureza altamente dialógica dos inquéritos D2 acaba por permitir que o agente da correção seja não o próprio participante que inicia o turno, mas seu interlocutor, situação mostrada em (2). Já em (1) introduz-se a correção no próprio turno de um dos participantes da interação. Nos dois casos, o procedimento aplicado, é entendido por Fávero, Andrade e Aquino (2015) como um processo interacional de formulação retrospectiva em que corrigir implica produzir um Enunciado Reformulador (ER) que refaz um anterior, ou Enunciado Fonte (EF), considerado incorreto” no entender do próprio falante ou de um de seus interlocutores de acordo com o esquema abaixo:

1 Uma autocorreção autoiniciada, que é processada pelo próprio falante, pode ocorrer no mesmo turno ou em turno diferente. Já a autocorreção heteroiniciada é processada pelo interlocutor antes de ser admitida e processada pelo participante que detém a palavra. Em uma situação de heterocorreção autoiniciada, por sua vez, o participante que detém o turno de fala inicia a correção, que é depois efetivada pelo outro participante, que passa a tomar o turno (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 250).



Há dois tipos de atos de correção: a infirmação, que revoga ou invalida completa ou parcialmente uma informação emitida no discurso precedente, e a retificação, em que os enunciados Fonte e Reformulador seguem a mesma direção semântica (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 61).

Os exemplos (3) e (4) são casos de infirmação: enquanto, em (3), o falante anula o sintagma nominal *a Laura* corrigindo-o por *Estela*, voltando a enunciar explicitamente que Laura ainda não se definiu, em (4), o falante corrige apenas parcialmente o Enunciado Fonte, mediante uma ampliação de escopo.

(3) L1 ela vive dançando **a Laura a:: Estela** a Laura não se definiu tenho a impressão de que ela vai ser PROMotora (SP- D2-360 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 61).

(4) Eu tenho a impressão de que quando o menor... já:: estiver assim... pela quarta série **terceira quarta série...** ele já estará mais independente e... (SP- D2-360 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 61).

Vejam, agora, em (5) e (6) casos explícitos de correção por retificação: em (5), não se anula o significado de *pessoas* em favor de *clientes*, e em (6), também não, já que *arqueólogo*, o Enunciado Fonte, é apenas um tipo de cientista, conforme mostra o Enunciado Reformulador.

(5) (então a firma) não pode tirar **das pessoas... dos seus próprios clientes** (SP-D2-360 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 62)

(6) L1 então ele quer ser **cientista... arqueólogo** (SP-D2-360 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 62)

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), como postulada por Hengeveld e Mackenzie (2008), considera a correção retificadora como Clarificação (*Clarification*), situação discursiva em que o Enunciado Fonte não está suficientemente especificado, como em (7), havendo, portanto, a necessidade de um esclarecimento ulterior com um Constituinte Extraoracional atuando como Ato Discursivo Subsidiário.

(7) e::depois volto para casa mas chego já apronto o **outro** para ir para a escola...o **menorzinho**... (SP D2 360)

Em outro texto, as autoras salientam que são muitas vezes tênues os limites entre paráfrase e correção. A dificuldade da delimitação, segundo Gulich e Kotschi (1987b apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 245), assenta-se no fato de que, “na correção, o ‘erro’ não é necessariamente erro, mas assim é considerado e, como tal, é substituído por um outro termo” (ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 245).

Na qualidade de atividades verbais de reformulação (EF → ER), a correção tem a mesma estrutura básica da paráfrase e os limites entre correção e paráfrase não estão evidentes em alguns casos; ainda assim, asseguram as autoras, trata-se de duas estratégias diferentes com diferentes propósitos comunicativos. Na correção, os interlocutores têm a clara intenção de anular ou retificar o Enunciado Fonte em razão de sua inadequação no processamento da fala. Ao contrário, na paráfrase, não se apaga a fonte, já que é ela a matriz para a realização de estratégias semânticas de especificação ou de generalização na reformulação, que motivam a progressão textual em razão da produção de novos significados (ANDRADE; AQUINO, 2015, p. 245). Veja em (8) um exemplo de paráfrase.

(8) L2 – parece que () está havendo agora uma maior **participação** entende? está havendo aquele ... de fato o **trabalho em grupo** (SP D2 62) (adaptado de HILGERT, 2015, p. 258)

Segundo Hilgert (2015), que trata especificamente de paráfrase, neste exemplo fornecido por ele, fica explícita a existência de uma relação de

equivalência semântica entre a matriz e a paráfrase², embora seja esta menos abrangente que aquela, “na medida em que confere denominação específica – *trabalho em grupo* – ao que a matriz apresenta em termos genéricos, como *uma maior participação do aluno*” (HILGERT, 2015, p. 258).

Delimitado os fenômenos, o que pretendemos neste texto é descrever e explicar essas estratégias discursivas do processamento do texto falado de acordo com uma perspectiva discursivo-funcional, em que correções e clarificações, antes vistas, na Gramática Funcional (DIK, 1997), como constituintes extraoracionais (doravante ECC, do inglês *Extra-Clausal Constituent*), são agora vistos como Atos Discursivos subsidiários

Quem primeiro tratou desse tipo de constituinte dentro do funcionalismo holandês, foi Dik (1997b). Para o autor, especialmente no discurso falado, muitas vezes se enuncia uma variedade de expressões não analisáveis nem como orações nem como porções de orações. Essas expressões, os ECCs, podem ter existência própria, ou preceder, seguir ou interromper uma oração, sendo mais frouxamente associadas a ela do que os constituintes da oração propriamente dita.³

Dik (1997b) enumera algumas razões por que os ECCs teriam recebido até então muito menos atenção da teoria gramatical do que a estrutura gramatical interna da oração propriamente dita:

- (i) os ECCs são especialmente comuns no registro falado, enquanto a atenção de linguistas tem sido muitas vezes confinada à língua escrita;
- (ii) Os ECCs são típicos das expressões linguísticas utilizadas no discurso contínuo, enquanto os linguistas têm se concentrado frequentemente na estrutura de orações;

2 Hilgert (2015) dá preferência aos termos “matriz” e “paráfrase” em vez de “Enunciado Fonte” e “Enunciado Reformulador”, respectivamente.

3 Alguns autores, como Ziv (1985 apud DIK, 1997b, p. 380), usam o termo “parêntese” como mais ou menos equivalente ao que Dik (1997b) chama ECC; todavia, Dik prefere restringir o uso desse termo aos ECCs que interrompem uma oração e que não esgotam a categoria nesse subtipo.

(iii) os ECCs são um tanto frouxos e não podem, por isso, ser facilmente associados à oração, nem ser descritos em termos de regras e princípios internos à oração;

(iv) se, por um lado, os ECCs só podem ser entendidos em termos de princípios e regras pragmáticas, a maioria dos linguistas tem muitas vezes tratado a descrição gramatical como se fosse independente desse tipo de princípios e regras (DIK, 1997b, p. 380).

Como é caro para a Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1997a; 1997b) o princípio de adequação pragmática⁴, fica evidente que, se desejasse alcançar um grau convincente de adequação pragmática para suas descrições linguísticas (cf. ZIV 1985, HANNAY-VESTER 1987, VRIES 1989, KROON 1989 apud DIK, 1997b, p 380), a GF não poderia ignorar esses ECCs da mesma maneira que o fazem os linguistas formais cuja descrição é orientada apenas para a sintaxe.

Além dessa razão teórica, mais que convincente, para estudar os ECCs, a natureza deles como Atos Discursivos no exercício de funções retóricas (GIOMI; KEIZER, 2020) aproxima a GF (DIK, 1997a; 1997b) e agora também a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) de outras tendências não formalistas, como, por exemplo, o Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado, cujos resultados estão enfeixados em uma coletânea organizada por Jubran (2015). Neste trabalho, em que pretendemos prestar uma homenagem a uma das principais pesquisadoras de língua falada no Brasil, a Professora Leonor Lopes Fávero, trataremos dos ECCs como relações retóricas peculiares ao texto falado e reivindicaremos uma interface mais estreita entre os dois modelos.

4 Segundo Dik, o grau de adequação pragmática de uma gramática funcional é tanto maior quanto mais facilmente se enquadra numa teoria pragmática ainda mais ampla. O que se quer, em particular, é que a gramática funcional revele as propriedades das expressões linguísticas que são relevantes para o maneira em que são utilizadas, e que o faça de um modo tal que essas propriedades possam ser relacionadas com as regras e princípios que regem a interação verbal (DIK, 1997a, p. 13).

Nesse aspecto particular, a FG de Dik (1997a; 1997b) já propunha o estudo do que Jubran (2015) denomina descontinuidades do texto falado, o que permite, portanto, aproximar os procedimentos teóricos do arcabouço entendido como Organização Textual-Interativa (doravante OTI) dos procedimentos teóricos da GF e da GDF.

Um ponto em comum entre a GF/GDF e a OTI é o modo como os dois modelos teóricos encaram a linguagem, isto é, como atividade de interação social. Para a OTI, a linguagem é vista como a manifestação de uma competência comunicativa, que se define como “capacidade de manter a interação social mediante a produção e entendimento de textos que funcionam comunicativamente” (KOCH et alii, 1994 apud FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2002, p. 361). Essa competência comunicativa não exclui a competência linguística, como conhecimento de um sistema interiorizado de regras que permite ao falante produzir e interpretar enunciados; nem a ele se adiciona. Pelo contrário, requer a competência gramatical para a formulação e a interpretação textual.

De modo similar, para Dik (1997a), o correlato psicológico de uma língua natural é a “competência comunicativa” do usuário no sentido que Hymes (1972) imprime a essa expressão, ou seja, sua capacidade de promover a interação social por meio da língua. O uso do termo “competência comunicativa” em vez de “competência gramatical” no sentido que lhe dá Chomsky (1965), implica dizer que a capacidade linguística do usuário compreende não apenas a habilidade de construir e de interpretar expressões linguísticas, mas também a habilidade de usar essas expressões de modo apropriado e eficaz de acordo com as convenções da interação verbal que prevalecem numa comunidade linguística. De fato, a competência comunicativa compreende inclusive a habilidade de usar expressões gramaticalmente malformadas com bons resultados comunicativos, um jogo para o qual a maioria dos usuários tem suficiente proficiência conforme revela qualquer transcrição de conversação natural espontânea.

Além desses princípios programáticos, a construção do texto falado pode se caracterizar por um fluxo contínuo de informações mediante o uso de estruturas linguísticas próximas do texto escrito prototípico, mas pode também se caracterizar por descontinuidades, que, conforme afirma Jubran, “conferem um ritmo ralentado à progressão temática” (JUBRAN, 2015, p. 29).

Essas descontinuidades, próprias do contexto interacional, que subvertem a organização canônica dos constituintes, resultam da necessidade que tem o falante de proceder a reajustes da formulação textual em processo com a finalidade de atingir um grau máximo de eficácia comunicativa (JUBRAN, 2015, p. 29).

O Grupo de OTI deu preferência ao estudo das descontinuidades justamente por considerar que são elas que “refletem, na superfície textual, um traço característico da oralidade, que é o predomínio do pragmático sobre o sintático” (JUBRAN, 2015, p. 29).

Entende Jubran (2015) que, em situações de comunicação face a face, o processamento rápido de produção da fala, *a priori* não planejado, associado ao envolvimento dos interlocutores no jogo de relações interpessoais, produz uma atualização mais flexível do sistema morfossintático potencialmente disponível, o que gera descontinuidades diversas como as correções, empregadas na interação de modo comunicativamente significativo (JUBRAN, 2015, p. 29). Nesse caso, a OTI trabalha com os reflexos formais desse envolvimento dos interlocutores nas relações interpessoais.

Em consonância com essa orientação teórica, a GDF compreende uma arquitetura similar, organizada em uma direção descendente, segundo a qual, as relações interpessoais regem as representacionais; as relações interpessoais e representacionais regem as morfossintáticas; e, finalmente, as relações interpessoais, representacionais e morfossintáticas regem as fonológicas.⁵

5 Esse modo de organização não significa que os dois níveis de codificação sejam sempre determinados pelos dois níveis de formulação. Uma estrutura formal típica do inglês,

Essa orientação constitui um ponto forte em comum entre os dois modelos no estudo do processamento do discurso, já que, como um modelo função-para-forma (BUTLER, 2003, p. 30), a GDF começa com a intenção comunicativa, no Componente Conceitual, passa pelo Componente Gramatical, e termina com a articulação de uma expressão linguística.

Isso posto, nosso objetivo neste artigo é fazer uma descrição de dois tipos particulares de ECCs na gramática do português, a Correção e a Clarificação, mediante o uso de procedimentos qualitativos de análise. Adota-se aqui a posição assumida por Giomi e Keizer (2020) de que esses constituintes exercem determinadas funções retóricas na superfície textual e não podem ser deixadas no limbo por uma teoria voltada para o princípio de adequação pragmática como a GDF.

Nosso principal objetivo é mostrar, por um lado, o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes em relação à estrutura da oração, que lhes permite aparecer em várias posições, repetidas ou não, na estrutura da Expressão Linguística e, por outro, a proximidade teórica entre a OTI e a GDF, em termos da função discursiva ou interpessoal que exercem os mecanismos de correção e clarificação.

Em atenção especial ao postulado funcionalista de que a análise deve debruçar-se sobre a língua em uso no contexto social, tanto quanto possível, aplicaremos uma análise qualitativa, de caráter interpretativo, a dados obtidos do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e historiados por Castilho (1990).

Este texto está organizado da seguinte maneira: a seção 1 trata do referencial teórico, mais especificamente, dá uma visão geral da GDF; a seção 2 se volta para a identificação de ECCs de correção e clarificação no âmbito da GDF; em seguida, a seção 3 contém a análise das estratégias de correção

como a estrutura apresentativa [there+be+Np], não tem nenhuma motivação propriamente pragmática ou semântica.

e de clarificação como Atos Discursivos subsidiários. A seção de fechamento apresenta algumas generalizações teóricas.

1. Referencial teórico: um panorama geral da GDF

No entendimento de Butler (2003, p. 30), a GDF é um modelo estrutural-funcional da linguagem em virtude de ser organizado em níveis e camadas de formulação (níveis Interpessoal e Representacional) e de codificação (níveis Morfossintático e Fonológico). Aproximando-se parcialmente do escopo teórico da OTI, a GDF toma como unidade básica de análise Atos Discursivos em vez de sentenças, o que significa estar em seu escopo teórico a formulação de um ato de advertência, por exemplo, que pode ser expresso tanto no uso de um sintagma (9a), quanto no uso de uma oração (9b).

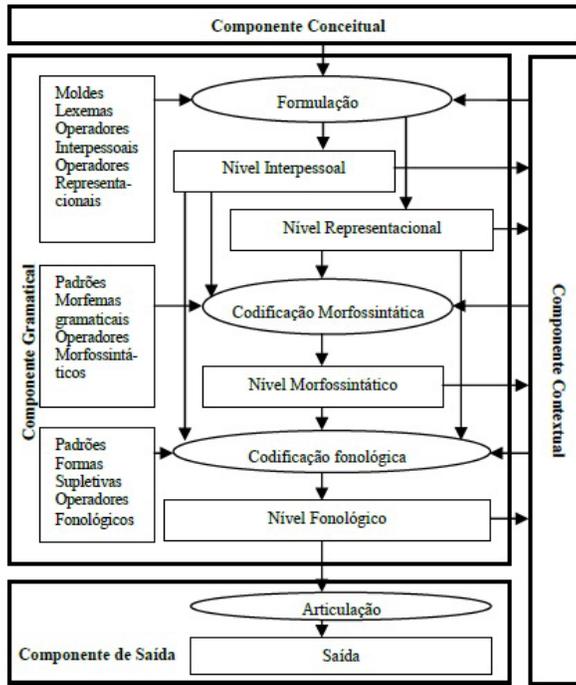
(9) a Fogo!

b Está pegando fogo no canavial!

(Fonte: Adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008, p.13)

Essa diversidade de Atos Discursivos no escopo teórico da GDF é decorrente do fato de ela ser concebida como “o Componente Gramatical de um modelo global de interação verbal em que esse componente se liga ao Componente Conceitual, ao Componente de Saída e ao Componente Contextual” (HENGEVELD; MACKENZIE 2012: 44), conforme mostra a arquitetura geral na Figura 1.

Figura 1 – Layout geral da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld; Mackenzie (2008, p.13).

Esses três componentes não fazem parte da gramática propriamente dita, mas com ela interagem por meio das operações de formulação e de codificação; a primeira operação diz respeito a regras que regem as representações pragmáticas e semânticas, e a segunda diz respeito a regras que convertem tais representações em codificações morfossintáticas e fonológicas.

O Componente Conceitual é considerado a força motriz do Componente Gramatical, por responder tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante quanto pelas conceitualizações referentes a fatores extralinguísticos relevantes. Baseando-se nas informações fornecidas pelo Componente Gramatical, o Componente de Saída gera as expressões,

sejam elas acústicas, escritas ou de sinais. Por fim, o Componente Contextual “contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p.45).

Dentro do Componente Gramatical, há quatro níveis de organização, que, por sua vez, têm uma constituição hierarquicamente ordenada em camadas. O primeiro deles é o Nível Interpessoal, responsável pelas ações linguísticas no processo de interação entre os participantes. Nele estão contidas as representações pragmáticas de formulação. Sua camada mais alta é a do Movimento (M), que, por um lado, constitui a maior unidade de interação relevante para a análise linguística e, por outro, pode conter um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a unidade básica do discurso.

Para dar um exemplo, o Movimento de convite, ilustrado em (10), é constituído por dois Atos Discursivos, um dotado de ilocução declarativa e o outro, de ilocução interrogativa.

(10) Vou fazer um risoto de legumes. Quer me ajudar picando os ingredientes?

Pode-se afirmar que os dois Atos Discursivos de (10) são equipolentes, embora o primeiro seja uma preparação para o segundo, que inclui o convite propriamente dito representado pelo movimento como um todo. Há, todavia, casos, como o de (11), em que, para a GDF, um Ato Discursivo é o nuclear e o outro é subsidiário.

(11) Pratique bastante, que a audição de violino vai ser tensa.

O primeiro Ato – *Pratique bastante* –, que envolve uma ilocução de conselho, é o nuclear, e o segundo – *que a audição de violino vai ser tensa* –, que exerce uma função de motivação, é um Ato subsidiário, por envolver uma justificativa ou explicação para a enunciação do ato nuclear de aconselhamento.

Retornando, agora, para a organização em níveis e camadas da GDF, o segundo nível é o Representacional, que trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística, sendo, por isso, responsável pela designação. Suas camadas se definem com base nas categorias semânticas que elas identificam. A mais alta é a do Conteúdo Proposicional (p), uma entidade de terceira ordem, ou construto mental, que pode ser avaliada em termos de sua verdade. O Conteúdo Proposicional contém um ou mais Episódios (ep), que, por seu turno, pode conter um ou mais Estados de Coisas (e), ou seja, entidades de segunda ordem que podem ser localizadas no tempo e avaliadas em termos de sua realidade.

O terceiro nível, o Morfossintático, dá conta dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Apesar de ser, muitas vezes, funcionalmente motivado, esse nível tem seus próprios princípios de organização. Além disso, ele recebe o *input* dos níveis de formulação e é responsável pela codificação morfossintática das representações interpessoais e representacionais. Sua camada mais alta é a Expressão linguística (Le), constituída por, pelo menos, uma unidade morfossintática, que, por sua vez, pode ser formada por Orações (Cl), como em (12a), Sintagmas (Np), como em (12b), e Palavras (Nw), como em (12c).

- (12) a A Maria pegou covid.
b Uma maravilha esse filme!!
c Café?

O quarto e último nível é o Fonológico, que trata de todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. É ele que recebe o *input* dos três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída, a articulação propriamente dita em formato acústico, escrito ou de sinais.

Tendo fornecido um quadro geral da proposta teórica, trataremos na próxima seção da definição dos ECCs de acordo com a G(D)F para apresentar, na seção seguinte uma análise qualitativa de casos de casos específicos de Correção, que constituem exemplares de ECCs.

2. A definição de ECC nos quadros da G(D)F

Tratando dos ECCs, Dik (1997b, p. 380) encaminha a discussão para a resposta a uma pergunta fundamental, que diz respeito ao modo como se devem descrever as propriedades formais e funcionais de cada um de seus subtipos. No que diz respeito às propriedades formais, Dik (1997a, p. 310-311; 1997b, p. 379-408) menciona as seguintes mais recorrentes e que, embora não forneçam uma definição estanque, ainda assim ajudam a identificá-los:

(i) Os ECCs são independentes, ocorrendo, portanto, por conta própria, ou são tipicamente separados da oração propriamente dita por rupturas ou inflexões similares a pausas no contorno prosódico; têm, portanto, uma relação parentética com a oração em razão dessas características prosódicas.

(ii) Os ECCs nunca são essenciais para a estrutura interna da oração a que se acham associados; por isso, se forem deixados de fora, a oração forma, ainda assim, um todo.

(iii) Os ECCs não são sensíveis às regras gramaticais que operam dentro os limites da oração, embora possam estar relacionados a ela por regras de correferência, paralelismo e antítese, que também podem caracterizar as relações entre as orações do discurso em progresso.

(iv) São, em geral, mais difíceis de se subordinar do que elementos intraoracionais.

(v) Os ECCs podem ocorrer em quatro posições: (a) absoluta – ou autônoma –, (b) pré-oracional, (c) parentética e (d) pós-oracional.

Segundo Giomi e Keizer (2020), abordagens formalmente orientadas têm sugerido testes específicos para verificar a falta de integração sintática de um constituinte. Entre os testes mais invocados, estão a impossibilidade de clivagem ou interrogação de ECCs associada ao fato de que ECCs não se enquadram no escopo de negações, proformas, quantificadores e elipses (QUIRK *et al.*, 1985, p. 612-631; PULLUM; HUDDLESTON, 2002, p. 575-576; HUDDLESTON *et al.*, 2002, p. 1350-1362 apud GIOMI; KEIZER, 2020, p. 169).

Argumenta Keizer (2018; 2020) que algumas dessas propriedades dos ECCs constituem, na realidade, reflexos sintáticos de propriedades funcionais, como a de que todos os ECCs não são necessariamente submetidos a condições de verdade. Assim, procedimentos de clivagem e interrogação, por um lado, e pronominalização, negação e elipse, por outro, são bem-sucedidos somente se aplicáveis a elementos que fazem parte do que Dik (1997a; 1997b) denomina predicação estendida, agora identificada pela GDF como Conteúdo Proposicional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), ou seja, uma categoria passível de se submeter a condições de verdade. Essa orientação teórica, postulada por Keizer (2018; 2020), retira o caráter formal das restrições em favor de um critério de natureza semântica ou representacional.

Retornando, agora, às propriedades funcionais, segundo Dik (1997b, p. 383), os ECCs auxiliam a construção do discurso, cumprindo diferentes papéis em diferentes momentos do seu desenvolvimento:

(i) no **monitoramento da interação**, criando e mantendo as condições interacionais que devem ser satisfeitas para que um evento discursivo seja implementado. Pertencem a esse tipo de ECC (a) as saudações (*oi*), (b) despedidas (*tchau, adeus, até logo*), (c) chamamentos (*ei, você aí*), (d) vocativos (*John!*), (e) respostas mínimas (*sim, não, certo*);

(ii) na **especificação de atitudes**, indicando o tom emocional/atitudinal com que o discurso é realizado; pertencem a esse tipo os expressivos como *ai!, droga! viva!*;

(iii) na **organização, estruturação e apresentação** do conteúdo discursivo: (a) marcando fronteira, como os iniciadores (*bem, a propósito*), os marcadores *push (mas)* e *pop (então)* e os finalizadores (*certo, enfim...*), bem como funções de Orientação e Antitema (DIK, 1997, p. 384-387;⁶

(iv) na **execução do discurso**, expressando o conteúdo real do discurso, como as *respostas* (reações ao que o outro participante está dizendo ou acabou de dizer), que podem ser completas, assinalando acordo ou desacordo (*sim/não, talvez, certamente, eu espero que não*); os *iniciadores bem, bom*; e *tags (não é?, tá?, sim?)*, que convertem a ilocução básica do oração anterior em outra ilocução.

6 Confira também Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 51-52).

De acordo com Giomi e Keizer (2020, p. 171), do ponto de vista teórico, alguns aspectos dessa taxonomia dikiana não mais se sustentam no arcabouço da GDF. É crucial que noções semânticas como Condição e Cenário (temporal ou espacial) se mantenham separadas das estritamente interpessoais, como as de organização do discurso.

Como, no entendimento dos autores, organizar o discurso é uma atividade inerentemente metacomunicativa, os verdadeiros mecanismos de organização do discurso são os que expressam relações retóricas entre unidades linguísticas, que atuam como Atos Discursivos. Com efeito, é um princípio fundamental da GDF que as dimensões pragmática e semântica da análise linguística devam ser claramente distinguidas uma da outra, capturando as relações discursivas/retóricas no Nível Interpessoal e as semânticas/descriptivas no Nível Representacional (GIOMI; KEIZER, 2020, p.171). Essa restrição é relevante para este estudo, já que a relação pragmática é um ponto consensual entre a GDF e a OTI.

Vale a pena lembrar que os quatro níveis de representação da GDF são o resultado de duas operações separadas. Partindo de cima, a primeira operação é a da Formulação, que trata de todos os elementos significativos de uma expressão linguística. Essa operação resulta em representações nos dois níveis mais altos de análise, o Interpessoal e o Representacional. Posteriormente, a segunda operação, a da Codificação, cuida das propriedades formais de uma expressão, levando a representações nos níveis Morfossintático e Fonológico.

No Nível Morfossintático, as regras de ordenação são funcionalmente motivadas, na medida em que a colocação dos constituintes é quase toda determinada pelas informações advindas dos dois níveis da Formulação com os elementos sendo colocados de cima para baixo e de fora para dentro (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 310-316; KEIZER, 2015, p. 184-191); em outras palavras, ordenam-se as unidades do Nível Interpessoal antes das unidades do Nível Representacional e, dentro de cada nível, ordenam-se as unidades das camadas hierarquicamente superiores ou mais externas antes das unidades das camadas inferiores ou mais internas.

Na camada da Oração (e na do Sintagma e na da Palavra) estão disponíveis até quatro posições absolutas: P^I, P², P^M e P^F. Uma vez preenchida uma posição absoluta, tornam-se disponíveis posições relativas. Na camada da Expressão Linguística, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 312) distinguem três posições, denominadas pré-oracional (p^{Pre}), oracional (P^{Centre}) e pós-oracional (P^{Post}), conforme mostra (13).

(13)	Expressão Linguística:	P ^{Pre}	P ^{Centre}			P ^{Post}
	Oração:		P ^I	P ^M	P ^F	

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 313) observam que os modificadores interpessoais preferem a posição pré-oracional, conforme ilustrado em (14).

(14)	P ^{Pre}	Centre		
		P ^I	P ^M	P ^{M+1}
	Honestamente,	ela	tem bebido	novamente

Além disso, constituintes que atuam como Atos Discursivos Subsidiários, como mostrados em (15), em que *as ovelhas* é um Ato Discursivo de Clarificação, “*Tail*” na visão de Dik (1997b), também podem ser inseridos em posições extraoracionais.

(15)	P ^{Centre}	P ^{Post}
	São suas mesmo,	as ovelhas? (PT97:SerPaŕstor)

Nesse caso, a ordenação de *as ovelhas* na posição final, como um Subato Subsidiário de Clarificação, constitui o objeto de estudos deste trabalho.

Pode ocorrer também que Atos Discursivos Subsidiários interrompam a ordem linear do Ato Discursivo Nuclear, como no caso das orações relativas não restritivas de (16), que consistem em Atos Discursivos Subsidiários com a função retórica Aposição “*Aside*” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 58; 284).

- (16) [a própria metrópole, (**início de A_p**)] [que nos colonizou. (A_j)] [tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus.

(**fim de A_p**)]. (AN97:EnsinoAngola)

(M_i: [(A_i: – a própria metrópole tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte– (A_i)) (A_j: –que nos colonizou– (A_j))_{Aside}] (M_i))

No Nível Fonológico, o Ato Discursivo Subsidiário (A_j), ou satélite, corresponde a uma Frase Entonacional distinta. No Nível Morfossintático, assume-se que os dois Atos Discursivos se integram sintaticamente em um único Sintagma Nominal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284). Giomi e Keizer (2020, p. 167) preferem, no entanto, analisar essas Aposições como ECCs no Nível Morfossintático. Isso significa que é preciso distinguir uma terceira posição extraoracional, chamada por eles de posição interpolada (p^{Int}), que abriga todos os elementos extraoracionais que interrompem a Oração. Atos Discursivos de Correção ou de Clarificação, como veremos, não ocorrem em posição pré-oracional, mas somente posição pós-oracional e interpolada.

Entendem Giomi e Keizer (2020) que o estatuto extraoracional de uma expressão no Nível Morfossintático é um reflexo de seu estatuto de Ato Discursivo Subsidiário (ou Correção para a OTI) no Nível Interpessoal. Além disso, na qualidade de Atos Discursivos separados, ECCs não podem fazer parte, no Nível Representacional, do Conteúdo Proposicional correspondente ao Ato Discursivo Nuclear; eles são, portanto, por definição, não submetidos a condições de verdade, o que dá uma indicação de seu uso não restritivo em relação à proposição expressa no Ato Discursivo Nuclear (GIOMI; KEIZER, 2020, p. 167).

No que diz respeito aos critérios puramente sintáticos, uma consequência importante da análise dos ECCs como Atos Discursivos separados, segundo Giomi e Keizer (2020), é o fato de sua ordem linear não estar sujeita às regras

usuais de colocação dos constituintes oracionais. Isso explica o fato de que eles têm, de um modo geral, maior grau de mobilidade posicional.

Tendo, até aqui, tratado do referencial teórico e fornecido uma caracterização funcional dos ECCs como Atos Discursivos Subsidiários, na esteira de Giomi e Keizer (2020), passamos, na próxima seção a examinar o comportamento desse tipo de constituinte no português, restrito, contudo, aos procedimentos pragmáticos de correção.

3. Uma perspectiva discursivo-funcional dos procedimentos de Reformulação

Como visto na definição fornecida na seção anterior, os ECCs constituem Atos Discursivos subsidiários, categorias próprias do Nível Interpessoal, que podem assumir, no Nível Morfossintático, três posições na Expressão Linguística, posição pré-oracional (P^{Pre}), posição interpolada (P^{Int}) e posição pós-oracional (P^{Post}), relativamente à posição central (P^{Centre}), reservada para o Ato Discursivo nuclear no interior de uma Expressão Linguística. Não é possível encontrar atos de correção nas três posições, que acabam restringindo-se majoritariamente a P^{Post} e a P^{Int} . Em razão de que, na formulação, motivações interpessoais se refletem na codificação, especialmente no Nível Morfossintático, mediante a ordenação de constituintes, a descrição dos casos vai privilegiar uma formalização sem muitos detalhes do Nível Interpessoal e, em seguida, do Nível Morfossintático, circunscrita, todavia, apenas à ordenação dos Atos Discursivos.

Outro aspecto relevante a salientar é o de que os Atos Discursivos de Correção (correção infirmativa) e de Clarificação (correção retificadora) podem ocorrer justapostos ou precedidos por operadores discursivos ou por outros Atos Discursivos de natureza metalinguística.

Feitos esses ajustes metodológicos, comecemos, portanto, com a análise de ECCs justapostos, inseridos na posição pós-nuclear (P^{Post}). As

ocorrências em (17a-b) exemplificam casos de Clarificação, com as respectivas formalizações.

- (17) a é (pensamos) seriamente em parar...depois disso ainda ti/ *tive problemas de... saúde problemas de tireóide não sei quê*::então o médico está aconselhando a não ter mais... então nós estamos pensando...estamos pensando não ofic/ oficialmente não está encerrado...mas de fato está porque:...o endocrinologista proibiu terminantemente que eu tenha mais filhos... (SP D2 360)

$[(A_i: [(F_i: DECL (F_i)) \dots (C_i: -\text{tive problemas de saúde} - (C_i)) (A_i)]) (A_j: (F_j: DECL (F_j)) \dots (C_j: -\text{problemas de tiroide} - (C_j)) (A_j)_{\text{Clar}})] (A_k: (F_k: DECL (F_k)) \dots (C_k: -\text{não sei quê} - (C_k)) (A_k)_{\text{Comm}})]$

Centre

Depois disso ainda tive problemas de saúde

P^{Post1}

problemas de tiroide

P^{Post2}

não sei quê

- b depois volto para casa mas chego *já apronto o outro para ir para a escola...o menorzinho*...e fico na::quelas lides domésticas (SP D2 360)

$[(A_i: [(F_i: DECL (F_i)) \dots (C_i: \text{já apronto o outro para ir para a escola} - (C_i))] (A_i)] [(A_j: [(F_j: DECL (F_j)) \dots (C_j: -\text{o menorzinho} - (C_j))] (A_j)_{\text{Clar}})]$

P^{Centre}

já apronto o outro para ir para a escola

P^{Post}

o menorzinho

Em (17a), logo após o Ato Discursivo Nuclear *ti/tive problemas de saúde*, a Informante enuncia (A_j), sem qualquer marcador de introdução, para retificar (A_i) em P^{Post1}, esclarecendo a natureza específica do problema de saúde por que está passando (problemas de tiroide), sem deixar, todavia, de emitir também um comentário em P^{Post2}.

Situação similar se defronta com a ocorrência em (17b): ao enunciar um Movimento, em que faz um resumo narrativo dos afazeres domésticos, a informante enuncia um Ato Discursivo Nuclear (A_1), mas, como acha que o Subato Referencial *o outro*, no Conteúdo Comunicado desse Ato Discursivo, não está suficientemente especificado em relação aos cinco filhos que tem, faz uma retificação tardia no processo de interação em A_j para esclarecer o interlocutor sobre qual filho constitui o tópico discursivo da conversação em curso.

Em outro Movimento, em (18), a mesma informante se refere a um dos filhos, uma menina de três anos com dificuldades de fala que precisa fazer exercícios de fonoaudiologia.

- (18) depois eh::terça e quinta...a menina faz fonoaudiologia porque ela está com três anos e pouco...e ainda não fala...fala muito pouco...então *ela faz...reduca/... reeducação não mas seria...exercícios...com a fonoaudióloga* para ver se::...se começa a falar mais rapidamente... (SP D2 360)

$[(A_1: [(F_1: DECL (F_1)) \dots (C_1: - \text{então ela faz reeduca/-} (C_1))]) (A_1)] (A_j: [(F_j: DECL (F_j)) \dots (C_j: - \text{reeducação não} - (C_j))] (A_j)_{\text{corr}}] (A_k: [(F_k: DECL (F_k)) \dots (C_k: - \text{mas seria exercícios com a fonoaudióloga} - (C_k))] (A_k)_{\text{corr}}]$

t

p^{Centre}

p^{Post1}

então ela faz reduca/

reeducação não

p^{Post2}

mas seria exercícios com a fonoaudióloga

Nesse caso específico, o Ato Discursivo é claramente de Correção, não de Clarificação, uma vez que a informante revoga parte do Enunciado Fonte, *reeducação*, antes mesmo de terminar sua enunciação *reduca/*, negando o conteúdo do Estado de Coisas (*educação não*) para emitir em seu lugar uma parte relevante do Enunciado Reformulador (*exercícios com a fonoaudióloga*), agora introduzido por um marcador de reformulação (*mas*).⁷

7 Galvão Passetti e Pezatti (2023) denominam esse fenômeno de “adversativa substitutiva”.

Embora seja natural, na fala corrente, a ocorrência de assaltos ao turno, é rara a incidência de correção heteroiniciada na amostra investigada; a razão disso é que, quando sinaliza a possibilidade de uma correção heteroiniciada, a situação de fala é percebida como um ato de ameaça à face (*face-threatening act*). O participante que detém a palavra contorna essa ameaça, antecipando-se ao interlocutor mediante a enunciação de um ato de correção autoiniciada, o que lhe permite, assim, salvar sua própria face.⁸ Vejamos o caso de (19).

(19) L2 - eu agora eu falo depressa...é tudo correndo...*não é mais aquela pessoa assim admirável aquelas pessoas cal::mas*

[
 Doc. - tranqui::la
 L2 - **tranqui::las**...que::dificilmente...perdem a cal::ma perdem o contro::le...
 (SP D2 360)

[(A_i: (F_i: DECL (F_i)) ... (C_i: -não é mais aquela pessoa assim admirável - (C_i)) (A_i)] [(A_j: [(F_j: DECL (F_j))... (C_j: - calmas (C_j)) (A_j)] [(A_k: [(F_k: DECL (F_k))... (C_k: - tranquilas (C_k)) (A_j)_{Clar})]

P _{Centre}	P _{Post1}	P _{Post2}
não é mais aquela pessoa assim admirável	aquelas pessoas calmas	tranquilas

Nessa ocorrência, L2, uma das informantes, opera uma estratégia retificadora de Clarificação, acrescentando ao Enunciado Fonte *calmas* o Enunciado Reformulador *tranquilas*, sugerido, em coprodução discursiva, pela Documentadora. Nessa instância de descontinuidade, o Ato Discursivo

Nessas estruturas, o primeiro membro contém um operador de polaridade negativa, comumente a partícula *não*, excluindo a informação do primeiro membro, enquanto mas instrui o Ouvinte a substituir, em sua representação mental, a informação negada pela asserida no segundo membro.

8 Goffman (2011) entende por face como a imagem pública que uma pessoa constrói para si nas interações conforme a linha de conduta que os outros esperam que ela adote em determinada situação. Em razão de estarem submetidos a um processo constante de avaliação, os indivíduos agem com precaução em cada situação de interação para que sua face não seja comprometida.

Nuclear, representado pela Oração em P^{Centre}, é seguido pelo Ato Discursivo subsidiário, o sintagma *aquelas pessoas calmas*, seguido ainda de outro Ato Discursivo, constituído pelo sintagma adjetival *tranquilas*, que ocupa a última posição da Expressão Linguística (P^{Post2})

Vejam, agora, em (20a-b) outros casos de função retórica, mas introduzidos agora pelo marcador discursivo *ou*.

- (20) a a maioria das pessoas pensa que morar bem é morar num apartamento de luxo...é morar no centro da cidade...perto de tudo...nos locais onde tem assim mais facilidade até **de comunicação** [ou **de solidão**] [como vocês quiserem...] (REC-D2-05)
- [[A_I: (F_I: DECL (F_I)) ... (C_I: -ou de solidão- (C_I)) (A_I)]_{Corr} [(A_J: [(F_J: DECL (F_J)) ... (C_J: -como vocês quiserem- (C_J)) (A_J)]_{Comm}]

P^{Centre}

tem assim mais facilidade até de comunicação

P^{Post1}

ou de solidão

P^{Post2}

como vocês quiserem

- b a assistência odontológica... implica evidentemente... em custos... demasiadamente elevados... para o... o público ou **para a coletividade**... ou **a grande massa** como nós... chamamos habitualmente... (REC-DID-131)

[[A_I: [(F_I: DECL (F_I)) ... (C_I: -ou para a coletividade- (C_I)) (A_I)]_{Clar} (A_J: [(F_J: DECL (F_J)) ... (C_J: -ou a grande massa- (C_J)) (A_J)]_{Clar} (A_K: (F_K: DECL (F_K)) ... (C_K: - como nós chamamos habitualmente- (C_K)) (A_K)]_{Comm}]

P^{Centre}

a assistência...para o público

P^{Post1}

ou para a coletividade

P^{Post2}

ou [para] a grande massa

P^{Post3}

como chamamos...

Nas duas ocorrências de (20), o que está em pauta é uma parte significativa do Ato Discursivo, justamente a que especifica o argumento de uma propriedade nominal (*facilidade*) que, do ponto de vista interpessoal, consiste em um Subato de Referência em (20a), *comunicação*, que é revogado em favor de *solidão*; nesse caso específico, mais que uma Correção, trata-se aqui de um caso de insegurança do informante acerca das relações sociais, quando, era consenso, em determinada época, a questão do isolamento das pessoas nas grandes metrópoles, mesmo no meio de uma multidão, e, em consequência, a da falta de comunicação.

Situação similar de insegurança se dá com a ocorrência (20b). Diferentemente, contudo, de (20a), não se trata aqui mais de um Ato de Correção, mas de um Ato de Clarificação, voltado para um grau mais elevado de especificação. Nesses termos, reformula-se o Subato Referencial *público*, que constitui o Enunciado Fonte, transitando primeiramente para dois Enunciados Reformuladores, *coletividade* (ER₁), seguida de *grande massa* (ER₂). Finaliza o Movimento o Ato Discursivo (A_k) *como nós chamamos habitualmente*, escopando metalinguisticamente o segundo Ato Subsidiário (A_j), e contribuindo, assim, para mobilizar os recursos retóricos do falante na direção argumentativa pretendida de especificação de determinada entidade referencial.

Apresentam-se em (21a) e (21b) outros casos relevantes com o uso do marcador discursivo *ou*, introduzindo o Enunciado Reformulador.

- (21) a é através de métodos e técnicas de pesquisa... empírico... ou seja... observando:do...
no local... ou "in loco" a realidade social... (REC-EF-337)

[[A_i: (F_i: DECL (F_i)) ... (C_i: -observando no local - (C_j)) (A_j: [(F_j: DECL (F_j)) ...
(C_j: - ou in loco- (C_j)) (A_j)_{Clar.} (C_i: - a realidade social - (C_j)) (A_j)]

p_{Centre}

p_{Int}

p_{Centre}

Observando no local

ou "in loco"

a realidade social

- b a filosofia do direito... é nada mais do que... um tipo de estudo...um conhecimento... que aprofun:da mais: aqueles outros DOIS... **seja** como conhecimento num é? sociológico... **ou** conhecimento...normativo...lógico-normativo... (REC-EF-337)

[(A_I: [(F_I: DECL (F_I)) ... (C_I: -a filosofia do direito ... aqueles outros dois- (C_I)) (A_J) (A_J: [(F_J: DECL (F_J)) ... (C_J: - seja como conhecimento sociológico- (C_J)) (A_J)]_{Clar} (A_K: (F_K: DECL (F_K)) ... (C_K: - ou conhecimento lógico-normativo- (C_K)) A_K)]_{Clar}]

p^{Centre}

p^{Posl1}

A filosofia...aqueles outros dois

seja como conhecimento sociológico

p^{Posl2}

ou conhecimento lógico-normativo

Os casos mostrados em (21a) e em (21b) se identificam como uma Clarificação. A ocorrência em (21a) é, na verdade, uma demonstração de erudição por parte do falante, por se tratar de registro formal, típico dos Inquéritos de Elocuções Formais (EF) do Nurc. Nesse fragmento discursivo, uma aula gravada, o Informante seleciona a expressão latina no Enunciado Reformulador, que substitui o uso da expressão em português no Enunciado Fonte. Traduz um esquema metalinguístico de discurso com a finalidade argumentativa de mostrar algum grau de formalidade do registro falado. Trata-se também de descontinuidade do fluxo da fala, em que o elemento modificador se apresenta entre o predicado, *observar*, e seu argumento Inativo (ou *Undergoer*) *a realidade social*.

Já o caso mostrado em (21b) tem relevância descritiva por conter dois Atos subsidiários de Clarificação, cada qual introduzido por um marcador discursivo diferente, que constitui um par correlativo *seja...ou*. Na realidade, a clarificação parece necessária ao Falante, que sente não haver definição suficiente dos dois conhecimentos, marcados, no Ato Discursivo Nuclear, por um pronome indefinido em *aqueles outros dois*. A situação discursiva aponta para o fato de que o Informante já havia feito menção anterior aos dois

tipos de conhecimento, como mostra o uso do pronome demonstrativo, mas imagina ser argumentativamente necessário elaborar um ato de clarificação em que os nomeia expressamente no fluxo corrente de fala, ativando, assim, a memória do interlocutor.

Passemos a examinar agora casos em que, na sequência do discurso corrente, a Correção ou a Clarificação é precedida ou seguida por outro Ato Discursivo (GIOMI; KEIZER, 2020), de natureza metalinguística, como *quer dizer, isto é e digamos assim*, mostrados respectivamente nos exemplos (22a-c). Esses Atos Discursivos metalinguísticos, constituem um comentário (Comm, de *Comment*) e caracterizam-se por interromperem a unidade linguística, sendo sempre interpolados (P^{Int}).

- (22) a Inf - por isso que a definição **quer dizer** a resposta de João no início era correta... quando ele diferenciou sociologia jurídica sociologia do direito... e quando também... eu disse que alguns sociologismos... não é? (REC-EF-337)

[(A_i: (F_i: DECL (F_i)) ... (C_i: - a definição no início era correta - (C_i)) (A_j: [(F_j: DECL (F_j)) ... (C_j: - quer dizer- (C_j)) (A_j)_{Comm}] (A_k: [(F_k: DECL (F_k)) ... (C_k: - a resposta do João - (C_k)) (A_k)_{Corr}]]

p ^{Centre}	p ^{Int1}	p ^{Int2}
Por isso que a definição	quer dizer	a resposta do João

p^{Centre}
no início era correta

- b então a arte vai nascer:: em função dessa NEcessidade... de se manter vivo... necessidade que vai se caracterizar de forma PRINcIPal:: em termos de comida... **isto é** de caça... que é o que oferece... uma resistência porque a:: fruta está lá então eles não precisavam se preocupar... certo? (SP-EF-405)

reformulado por *de caça*, e retomado na sequência por uma oração adjetiva não restritiva, que muda o curso do tópico para comparar caça com coleta na vida do homem do paleolítico. De modo similar, em (22c), *meio* ou *maneira*, que constituem o argumento de predicado *conseguir*, são, eles próprios, predicados com argumentos também descontinuados pelo Ato Discursivo subsidiário de Comentário (*Comment*) *digamos assim* em relação ao argumento na função Referência, *de levar adiante aquela coisa*.

Um caso a se destacar é o de (✓✓), em que não há correção propriamente dita.

- (23) ele é capaz... de desenhar este animal... ele vai ter poder sobre a vida dele... então isto vai garantir... que ele traga este animal de volta para casa (sem) ser comido... *COmo... que nós chegamos a es::ta?... teoria... não deixa de ser uma teoria...* como que nós chegamos a ela?... (EF SP 405)

[(A_i: [(F_i: INT (F_i)) ... (C_i: -como que nós chegamos a esta- (C_i)) (A_i)) (A_j: [(F_j: INT (F_j)) ... (C_j: -teoria- (C_j)) (A_j)_{clar}]) (A_k: [(F_k: DEC (F_k)) ... (C_k: -não deixa de ser uma teoria- (C_k)) (A_k)_{Comm}])]

p_{Centre}

p_{Pos1}

p_{Pos2}

Como é que chegamos a esta?

teoria

não deixa de ser uma teoria

De um certo modo, há aqui uma reformulação clarificadora. A informante explica em aula que, quando o homem paleolítico é capaz de desenhar um animal, ele vai ter poder sobre a vida dele, que lhe asseguraria a possibilidade de trazê-lo outras vezes para casa como alimento; nesse caso, o principal argumento da informante é o de que a arte do paleolítico não tinha de fato uma finalidade artística, mas uma finalidade mágica, ritualística, visando a assegurar a caça e o alimento.

A essas alturas do texto, a informante inclui uma pergunta retórica no Ato Discursivo Nuclear e, em seguida, abre um Ato Discursivo subsidiário, em que *teoria* aparece meio em suspenso, após uma pausa significativa. Elabora, em seguida, outro Ato Discursivo, este de Comentário, em que relativiza o

termo, ao afirmar que não deixa de ser uma teoria. De certo modo, *teoria* no Ato Discursivo de Clarificação constitui um Enunciado Reformulador do Enunciado Fonte *esta*, sem que a informante deixe de pôr no ar uma dúvida sobre o conceito de teoria desenvolvido, que constitui um argumento retórico para relativizar o conteúdo do termo.

Considerações finais

Para finalizarmos este texto, resta-nos, agora, fazer um balanço entre o que se estabeleceu como objetivo e os resultados aos quais a análise interpretativa permitiu chegar. Vale a pena lembrar, então, que nosso objetivo foi aplicar, a dados selecionados do português falado, uma descrição de procedimentos de produção textual de Correção e de Clarificação, que, externos à oração propriamente dita, são por isso denominados ECCs por Dik (1997a). Adotamos, teoricamente, a posição de Giomi e Keizer (2020) sobre a natureza desses constituintes, identificados pelos autores como Atos Discursivos subsidiários em relação a outros mais centrais, entendidos como Atos Discursivos nucleares.

O que acabamos por ver, portanto, foi que esses Atos subsidiários podem exercer duas funções retóricas no discurso falado, a de reformulação infirmativa (Correção) e a de reformulação retificadora (Clarificação), entendidas pela GDF ora como Correção (propriamente dita), ora como Clarificação. Nossa contribuição, portanto, para o aprofundamento do arcabouço teórico adotado, o da GDF, é a de que essas funções retóricas, que muitas vezes se confundem e se misturam, na realidade, devem ser diferenciadas, atribuindo-se, por um lado, à de Correção, a função retórica de revogar o Enunciado Fonte, que acabou de ser enunciado, e atribuindo-se, por outro, à de Clarificação, a função apenas de esclarecer alguma informação que o falante julga ter ficado inacessível à interpretação do interlocutor no discurso corrente.

Esses dois procedimentos de produção e, às vezes, de coprodução textual, comportam-se, no contexto interacional, como descontinuidades próprias do texto falado, que “subvertem” a organização canônica dos constituintes em razão da necessidade de o falante proceder a reajustes de formulação com a finalidade de atingir um grau máximo de eficácia comunicativa (JUBRAN, 2015, p. 29).

São justamente essas descontinuidades que refletem, na superfície textual, um traço característico da oralidade, em que o envolvimento dos interlocutores no jogo de relações interpessoais produz uma atualização mais flexível do sistema morfossintático potencialmente disponível. Essa flexibilização ficou especialmente sinalizada na relação entre o exercício das funções retóricas de Correção e Clarificação na superfície textual, conforme rege o Nível Interpessoal, e a posição em que se abrigam esses Atos Discursivos na camada da Expressão Linguística, conforme rege o Nível Morfossintático da GDF. Nesse aspecto, os resultados mostraram o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes em relação à estrutura da oração em consequência do exercício de funções retóricas potencialmente construídas no discurso, cuja consequência principal, como vimos, é a emergência de mais de um Ato Discursivo Subsidiário em posições especiais repetidas ou não na estrutura da Expressão Linguística.

Nossa avaliação, portanto, é a de que este texto atingiu plenamente seu objetivo: estabeleceu um pacto teórico entre a GDF e a OTI e, por meio dele, aplicou uma análise que envolve conceitos interpessoais de funções retóricas e distribuição de Atos Discursivos, entendidos como orações, sintagmas e palavras na superfície textual, que resultam de processos relevantes de codificação morfossintática. Nesse caso, o balanço que fazemos é positivo, uma avaliação suspeita como autores que somos; por isso, preferimos deixar a auditoria final para a responsabilidade do leitor.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J, **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

BUTLER C. S. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 1: approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 573p.

CASTILHO, A.T. de. Apresentação da Coleção. In: JUBRAN, C.S. (org.) **A construção do texto falado**. VI: Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 9-26.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.

DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar, part 1: the structure of the clause**. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997a. 509p.

DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar**. Part 2: complex and derived constructions. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997b. 477p.

FÁVERO, L.L.; ANDRADE, M.L.C.V.O. AQUINO, Z. A Correção do texto falado: tipos, funções e marcas. In: NEVES, M.H.M. (Org.) **Gramática do Português Falado** (V. VII: Novos estudos). São Paulo: Humanitas/Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 53-76.

FÁVERO, L.L.; ANDRADE, M.L.C.V.O. AQUINO, Z. A Estratégias de construção do texto falado: a correção. In: KATO, M.A. (org.) **Gramática do Português Falado** (V. V: Convergências). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p.359-69.

FÁVERO, L.L.; ANDRADE, M.L.C.V.O. AQUINO, Z. Correção. In: JUBRAN, C.S. (org.) **A construção do texto falado**. (VI: Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, p. 241-256.

GALVÃO PASSETTI, G. H.; PEZATTI, E. G. A coordenação adversativa substitutiva *não x, mas y*: uma análise discursivo-funcional para o apagamento sintático. **Alfa-Revista de Linguística**, no prelo.

GIOMI, R. The Place of Interpersonal Lexemes in Linguistic Theory, with Special Reference to Functional Discourse Grammar. **Corpus Pragmatics**, v.5, p. 187–222, 2021.

GIOMI, R.; KEIZER, E. Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar and form. **Revista da Abralín**. v 19, n.3, p. 159-185, 2020.

GOFFMAN, E. **Rituais de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

GULICH, E; KOTSCHI, T. Les actes de reformulation dan la consultation. La Dame de Caluire. In: BANGE, P. (org.) **L'Analyse des interactions verbales. La Dame de Caluire: une consultation**. Berna: Peter Lang, 1987, p. 15-81.

HANNAY, M.; MACKENZIE, J. L. **Effective writing in English**: a resource guide. Groningen: Martinus Nijhoff, 1996. 385p.

HANNAY, M.; VESTER, E. Non-restrictive relatives and the representation of complex sentences, in: AUWERA, J. Van de; GOOSSENS, L. (eds.), **Ins and outs of the predication**. Dordrecht: Foris, 1987, p. 39-52.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. (org.), **Funcionalismo linguístico**: novas tendências teóricas. Tradução de Marize M. Dall'Aglio-Hattner. São Paulo: Contexto, 2012, p 43-86.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C.S. (org.) **A construção do texto falado**. V.I: Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 257-278.

HUDDLESTON, R. et al. Coordination and supplementation. In: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (eds.). **The Cambridge grammar of the English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HYMES, D. On communicative competence. In: PRIDE, J.B.; HOLMES, J. (eds.), **Sociolinguistics**. Harmondsworth: Penguin, 1972, p. 269-293.

JUBRAN, C. S. Introdução. In: JUBRAN, C.S. (org.) A construção do texto falado. **Gramática do português falado culto**, v. 1. São Paulo: Contexto, 2015, p. 27-36.

KEIZER, E. **A Functional Discourse Grammar for English**. Oxford: Oxford University Press, 2015. 360p.

KEIZER, E. Interpersonal adverbs in FDG: the case of *frankly*. In: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. (eds.). **Recent developments in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 48-88.

KEIZER, E. The semantics, syntax and prosody of adverbs in English: an FDG perspective. In: KALTENBÖCK, G.; HASELOW, A. (ed.). **Grammar and cognition: dualistic models of language structure and language processing**. Amsterdam: John Benjamins, 2020, p. 191-231.

KOCH, I. V. A especificidade do texto falado. In: JUBRAN, C.S. (org.) **A construção do texto falado**. V.I: Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.39-46)

KOCH, I.V. et alii. Proposta teórica do grupo de organização textual-interativa do PGPF, mimeo, 1994.

KROON, C. Causal connectors in Latin; the discourse function of *nam*, *enim*, *igitur* and *ergo*, in: LAVENCY, M. LONGREE, D (eds.), **Actes du V Colloque de Linguistique Latine**. Louvain-la-Neuve, p. 231-243, 1989.

PULLUM, G. K.; HUDDLESTON, R. Adjectives and adverbs. In: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (ed.), *The Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 525-595.

QUIRK, J; *et alii*. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

VRIES, L. de. *Studies in Wambon and Kombai; aspects of two Papuan languages of Irian Jaya*. Ph.D. dissertation, University of Amsterdam, 1989.

ZIV, Y. Parentheticals and Functional Grammar, in: BOLKESTEIN, A. M. ; de GROOT, C.; MACKENZIE, J. L. (eds.) *Syntax and pragmatics in Functional Grammar*. Dordrecht: Foris. 1985, p. 181-199.